

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 601/2025, a **PROTOTYPE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A ("PROTOTYPE IP")** apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório da Auditoria Independente;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por fim, cumpre salientar que a Administração da **PROTOTYPE IP** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

RENATO DUMONT SARAIVA
Diretor de Contabilidade

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **PROTOTYPE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A. ("PROTOTYPE IP")** relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **PROTOTYPE IP** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 13 de maio de 2025, conforme OFÍCIO 11087/2025-BcB/Deorf/Difin, publicado no DOU, edição 89, seção 3, página 204, de 14/05/2025, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

A Diretoria



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
PROTOTYPE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **PROTOTYPE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.** (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROTOTYPE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à “Instituição”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da “Instituição” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da “Instituição” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Instituição” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Instituição” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Instituição” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Instituição”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Instituição”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Instituição” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

SIDNEY REY VENEZIANI
CONTADOR CRC 1SP061028/O-1

VALDECIR DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC 1SP174801/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Valores em R\$ mil

Ativo		jun/2026	dez/2025
<u>CIRCULANTE</u>			
Disponibilidades		10.783	4.964
Caixa e Depósitos		10.783	4.964
<u>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados</u>		10.314	10.858
Livres - Carteira Própria		1.012	3.299
Títulos de Renda Fixa		324	2.372
Cotas de Fundos de Investimentos		673	570
Ações de Companhias Abertas		15	357
Títulos Vinculados a Garantias de Empréstimos		2.745	0
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga		6.557	7.559
<u>Relações Interfinanceiras</u>		7.095	7.047
Banco Central - Depósitos em Moeda Eletrônica		7.095	7.047
<u>Outros Créditos</u>		2.222	870
Adiantamentos a Fornecedores		1.318	0
Devedores por Depósitos em Garantia		712	841
Impostos e Contribuições a Compensar		192	29
Total do Ativo Circulante		30.414	23.739
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Realizável a longo prazo		728	337
Imobilizado, Líquido		302	337
Intangível, Líquido		426	0
Total do Ativo não Circulante		728	337
TOTAL DO ATIVO		31.142	24.076
Passivo		jun/2026	dez/2025
<u>CIRCULANTE</u>			
Outras Obrigações			
Conta de Pagamento - Pré-Paga		10.853	8.664
Obrigações por Empréstimos no Exterior		2.571	0
Obrigações Sociais e Estatutárias		107	107
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		6.111	4.822
Obrigações com Fornecedores		261	1.388
Obrigações Trabalhistas		139	94
Total do Passivo Circulante		20.042	15.075
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital Social		9.000	7.000
Aumento de Capital		474	0
Reservas de Lucros		1	2.001
Lucros ou Prejuízos Acumulados		2.188	0
(-) Remuneração do Capital paga Antecipadamente		(563)	0
Total do Patrimônio Líquido		11.100	9.001
TOTAL DO PASSIVO		31.142	24.076

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	Valores em R\$ mil	
	jun/26	jun/25
Receitas de serviços de transações de pagamentos	5.617	21.237
(-) Despesas de serviços associadas a transações de pagamentos	(363)	(9.138)
Resultado líquido	5.254	12.099
Despesas de pessoal	(3.275)	0
Despesas tributárias	(1.152)	(1.810)
Despesas administrativas	(2.945)	(6.193)
Depreciação e amortização	(32)	0
Outras Receitas de Prestação de Serviços	4.526	0
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	473	(592)
Resultado operacional	2.849	3.504
Receitas financeiras	1.054	147
Despesas financeiras	(325)	(12)
Resultado financeiro, líquido	729	135
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	3.578	3.639
IRPJ e CSLL	(1.327)	(1.192)
Lucro/(Prejuízo) do período	2.251	2.447
Quantidade de ações ON do capital social	5.000.000	5.000.000
Quantidade de ações PN do capital social	263.160	0
Lucro/(Prejuízo) por ação	0,42780	0,48935

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	Valores em R\$ mil	
	jun/26	jun/25
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.251	2.447
(+) Ajustes de exercícios anteriores	(63)	692
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.188	3.139

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Mutações do Patrimônio Líquido	Valores em R\$ mil						
	Capital	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.000		0	542	1.459	0	9.001
Aumento/Integralização de Capital	2.000	474	0	(541)	(1.459)	0	474
Lucros/(prejuízos) líquido do período	0		0	0	0	2.251	2.251
Ajustes de exercícios anteriores	0		0	0	0	(63)	(63)
Destinações:							
JCP/Dividendos Distribuidos antecipadamente	0		0	0	0	(563)	(563)
Saldos em 30 de junho de 2026	9.000	474	0	1	0	1.625	11.100
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.000	0	(1.000)	0	0	548	2.548
Aumento/Integralização de Capital	2.000		1.000	0	0	0	3.000
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0		0	0	0	2.447	2.447
Ajustes de exercícios anteriores	0		0	0	0	692	692
Destinações:							
JCP/Dividendos Distribuidos	0		0	0	0	(4.477)	(4.477)
Saldos em 30 de junho de 2025	5.000	0	0	0	0	(790)	4.210

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

	Valores em R\$ mil	
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	jun/26	jun/25
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	2.251	2.447
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(63)	692
(+) Amortizações Depreciações	32	0
Lucro Líquido Ajustado	2.220	3.139
Variações nas contas do Ativo e Passivo		
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	545	(5.206)
(Aumento)/Redução de Relações Interfinanceiras	(48)	0
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	(1.351)	2.133
Aumento/(Redução) em Contas de Pagamento	2.189	16.030
Aumento/(Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	0	79
Aumento/(Redução) em Obrigações por empréstimos no Exterior	2.571	0
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	1.289	(99)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.082)	(3.531)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	6.333	12.545
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	2	0
Aquisição de Intangível de Uso	(427)	0
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(425)	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
JCP/Dividendos distribuídos antecipadamente	(563)	(4.477)
Integralização de Capital	474	3.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(89)	(1.477)
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	5.819	11.068
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	4.964	14.500
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	10.783	25.568
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.819	11.068

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações sobre a **PROTOTYPE IP**

A **PROTOTYPE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA ("PROTOTYPE IP")**, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tem como objeto social:

- (i) Exploração de atividade de instituidor de arranjo de pagamento, criando regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento;
- (ii) Exploração da atividade de instituição de pagamento:
 - a. disponibilizando serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento;
 - b. executando ou facilitando a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento;
 - c. gerindo conta de pagamento;
 - d. emitindo instrumento de pagamento pré-pago;
 - e. executando remessa de fundos; e
 - f. convertendo moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica.
- (iii) prestação de serviços em geral na área de meios de pagamento.

A **PROTOTYPE IP** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 13 de maio de 2025, conforme OFÍCIO 11087/2025-BcB/Deorf/Difin, publicado no DOU, edição 89, seção 3, página 204, de 14/05/2025, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **PROTOTYPE IP** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **PROTOTYPE IP** e sua elaboração foi autorizada, pela Administração, em 27 de julho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2. Base de Elaboração

O exercício social da **PROTOTYPE IP** compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Em maio de 2025, a **PROTOTYPE IP** obteve seu deferimento de autorização junto ao Banco Central a funcionar como Instituição de pagamento, na modalidade instituição de pagamento nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2021. Desta forma, a **PROTOTYPE IP**

optou pela faculdade prevista no art.42, parágrafo 5º, da Resolução BACEN nº 2/2020 de não apresentar as informações comparativas nestas demonstrações contábeis individuais, por se tratar da primeira demonstração do período, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BACEN nº120 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir:

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **PROTOTYPE IP**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.3. Capital social

O investimento efetuado na **PROTOTYPE IP** pelos quotistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.4. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **PROTOTYPE IP** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- ✓ Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- ✓ Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- ✓ Reestruturação de um valor devido à PROTOTYPE IP em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- ✓ A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de

- reorganização financeira; ou
- ✓ O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.5. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da **PROTOTYPE IP** ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

3.6. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.7. Resolução CMN 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição elaborou o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e mantém à disposição do Banco Central do Brasil.

A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

3.8. Estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

3.9. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem. Os principais ativos financeiros com essa classificação são o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado. O valor de mercado, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração

Ativos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável ("imparidade") de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

A **PROTOTYPE IP** baixa um ativo financeiro quando do vencimento dos direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os passivos financeiros são baixados quando do vencimento ou cancelamento de suas obrigações.

Em 30 de junho de 2026 a **PROTOTYPE IP** não detinha títulos mantidos até o vencimento.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a

data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os principais empréstimos e recebíveis da **PROTOTYPE IP** compreendem as Transações a receber dos emissores.

Impairment de ativos financeiros

A administração avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a administração pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O principal passivo com essa classificação são os fornecedores e empréstimos.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a **PROTOTYPE IP** estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a **PROTOTYPE IP** avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	jun/26	dez/25
Depósitos Bancários	4.566	28
Outras Reservas Livres - Conta Liquidação BACEN	6.217	4.936
	10.783	4.964

5. Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados

Descrição	Categoria	jun/26	dez/25
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros e Derivados			
Livres			
Títulos de Renda Fixa	Negociáveis competitivos	324	2.372
Cotas de Fundos de Investimentos	Negociáveis competitivos	673	570
Ações de Companhias Abertas	Negociáveis competitivos	15	357
		1.012	3.299
Títulos Vinculados a Garantias de Empréstimos -			
Certificados de Depósitos Bancários	Negociáveis competitivos	2.144	0
Cotas de Fundos de Investimentos	Negociáveis competitivos	601	0
		2.745	0
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Negociáveis competitivos	1.024	3491
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Negociáveis competitivos	5.113	4068
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Negociáveis competitivos	420	0
		6.557	7.559
TOTAL		10.314	10.858

6. Conta de Pagamento Pré-Paga

Refere-se a saldos em moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento pré-paga, que se constituem patrimônio separado e que não se confunde com o patrimônio da PROTOTYPE IP.

	jun/26	dez/25
Passivo - Conta Pagamento Préga	10.853	8.664
Ativo - Salvaguarda	13.652	14.606
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga	6.557	7.559
Banco Central - Depósitos em Moeda Eletrônica	7.095	7.047

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

Em 30 de junho de 2026 o capital social da **PROTOTYPE IP** é de 5.000.000 de ações ON e 263.160 de ações PN, com valor nominal de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

7.2. Distribuição de Lucros

Caso os acionistas determinem a distribuição dos lucros apurados, a distribuição poderá ser efetuada desproporcionalmente às respectivas participações no capital social.

8. Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito. A **PROTOTYPE IP**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **PROTOTYPE IP** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **PROTOTYPE IP** são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **PROTOTYPE IP**.

Risco de liquidez: A **PROTOTYPE IP** trabalha com níveis de liquidez ("colchão") para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **PROTOTYPE IP**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

9. Eventos subsequentes

Não há evento(s) subsequente(s) a ser(em) informado(s).